

ALDEIA DA LUZ: ENTRE DOIS SOLSTÍCIOS, A ETNOGRAFIA DAS CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Clara Saraiva

Os primeiros estudos para a construção de uma mega-albufeira na zona mais seca do Portugal mediterrânico realizaram-se nos anos 50, em pleno Estado Novo. Para os habitantes da Aldeia da Luz, a 6 km de Mourão, e que seria submergida se o projecto da barragem avançasse, o Alqueva era um mito. Este mito, a que as sucessivas gerações se foram habituando, tornou-se realidade com a retoma dos trabalhos em 1993, os primeiros inquéritos à população sobre o seu destino futuro e a adjudicação da empreitada de construção civil da Nova Aldeia da Luz em 1996. Quando, em Fevereiro de 2002, as obras do paredão da barragem são dadas como concluídas e se procede ao fecho das comportas, a Nova Aldeia da Luz está praticamente pronta a receber os seus futuros ocupantes. Com a barragem de Alqueva tornada realidade, este texto, escrito em Abril de 2003, faz um resumo do que foram os acontecimentos principais e as vivências das pessoas da Luz no período que mediou entre os solstícios de Verão e de Inverno de 2002, já na viragem para o novo ano.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, atingindo 19 concelhos do Alto e Baixo Alentejo, desenvolve-se a partir da barragem de Alqueva, no Rio Guadiana, a jusante da confluência do rio Degebe e a montante da confluência do rio Ardila. A albufeira de Alqueva estender-se-á por 83 km ao longo dos concelhos de Moura, Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal e terá uma capacidade total de 4150 milhões de m³ e 3150 milhões de m³ de capacidade útil. O sistema global de rega de Alqueva irá equipar uma área com cerca de 110 mil hectares e será composto por uma rede de canais e condutas que atingirão um desenvolvimento de cinco mil quilómetros. A barragem de Alqueva será o elemento central deste empreendimento e a maior da Europa, com cerca de 96 m de altura e uma área de 250 km², no seu nível de armazenamento pleno à cota 152. Os objectivos gerais desta gigantesca estrutura, alterados ao longo de sucessivos reajustamentos, prendem-se com a constituição de uma reserva de água vital na luta contra a seca e a garantia do abastecimento regular de água às populações; a alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no Sul do país, disponibilizando 110 mil hectares de área de rega; a produção de energia hidroeléctrica; o combate à desertificação física e populacional, através do incremento do mercado de emprego regional, a par da dinamização agrícola, industrial e turística – esta última apoiada no desenvolvimento de potenciali-

dades turísticas possibilitadas por um espelho de água com 250 km² de área e margens que ultrapassam os 1000 km de extensão.¹

A barragem de Alqueva apareceu amiúde, ao longo da segunda metade do século XX, como um “elefante branco”, um projecto que avançava e recuava, de que se ouvia falar mas parecia nunca se vir a concretizar, mercê de opiniões divergentes, condicionamentos vários e complexidades das conjunturas económicas e políticas que se foram sucedendo.² Os primeiros estudos para um plano de rega do Alentejo foram efectuados em 1957, mas só em 1973 teve lugar o primeiro concurso para adjudicação da obra. Após a interrupção durante o ano da revolução, em 1975 o projecto herdado do Estado Novo é definitivamente reiniciado. Em 1992 a CEE apoia a comparticipação nos custos e em 1993 é criada a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva, que dá lugar, dois anos mais tarde, à EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva), sensivelmente na mesma altura em que se retomam os trabalhos em Alqueva.

“O Alqueva era um medo”

No seio de toda a controvérsia em torno da construção da imensa albufeira, a inevitável submersão da Aldeia da Luz (à cota aprovada de 152) tem constituído, ao nível humano, um problema grave e de complicada gestão.

A Luz é uma aldeia do concelho de Mourão, distrito de Évora, com uma área urbana que ronda os 16 ha, que contava em 2001 um total de 363 residentes que se distribuíam em cerca de 185 parcelas constituídas por habitações e respectivos anexos, quintais e tapadas.

Para as pessoas da aldeia a barragem era algo de que já os avós e os pais ouviam falar: “O Alqueva era um medo; falava-se há muito da barragem, mas temia-se a perspectiva”.³ A ideia da barragem inscreveu-se na mente dos seus habitantes como um mito de que se falava desde há muito e que, por isso mesmo, se tinha, com o passar do tempo, tornado pouco exequível. Como o projecto foi avançando e recuando, quando se retomavam as obras em Alqueva paravam, na Luz, as obras de construção de casas novas, reparação ou manutenção das antigas. Quando os trabalhos em Alqueva eram interrompidos ou adiados, a Luz retomava as suas obras. Até 1993 a dinâmica de

¹ Existem actualmente já vários programas, como o programa Aqua, com vectores de intervenção nas aldeias ribeirinhas, ao nível dos equipamentos, actividades e infra-estruturas de apoio às actividades previstas para as albufeiras de Alqueva e Pedrógão.

² A este respeito, ver Daveau 1977, Drain 1996a e 1996b, Luz 2000.

³ As frases entre aspas são citações de comentários feitos por habitantes da Luz em conversas que com eles tive em ocasiões diversas ao longo dos anos de trabalho de campo na aldeia.

desenvolvimento da Luz não se deixou afectar pela perspectiva da barragem: “Os sucessivos presidentes da Junta de Freguesia foram dando passos importantes, como a instalação de rede eléctrica (1974), de esgotos e água canalizada (1982).” A capela do Sagrado Coração foi edificada há quinze anos e o Centro de Dia há dez. Em 1989/90 a Junta de Freguesia fez duas importantes aquisições – uma em espaço urbano – na teia urbana da Luz – e a outra em espaço rústico. A primeira foi a aquisição da casa de uma antiga família de grandes agricultores da Luz, para a constituição do Jardim de Infância. A segunda foi a compra de três terrenos rústicos (o chamado “Curralão”) para realizar um projecto de urbanização donde constavam quinze a vinte blocos habitacionais, um ringue para campo de jogos e um ajardinamento. Estas obras avançariam com a descrença local relativa à construção da barragem. Mas em 1993 o projecto de loteamento foi chumbado pela Comissão Coordenadora Regional (CCR) do Alentejo.

A questão de se saber o que iria acontecer aos habitantes da aldeia a submergir pelas águas da imensa bacia de retenção já estava presente nesta altura. Ao contrário do que tinha sucedido na década de 1960 com a população de Vilarinho da Furna, a aldeia da serra do Gerês imersa nas águas do rio Homem devido à construção da barragem de Vilarinho da Furna (cf. Novaes 1973), começou a pensar-se na inteira transposição da Aldeia da Luz para outro local, a salvo das águas. Uma das hipóteses iniciais era a construção de diques, mantendo a aldeia no seu sítio, mas esta foi de imediato posta de lado pela população, o que é compreensível, numa zona onde não se está habituado à convivência com grandes massas de água. O temor perante essa possibilidade é visível quando, actualmente (Inverno de 2003), os habitantes da Luz visitam a vizinha aldeia da Estrela, que está já rodeada pelas águas da albufeira e se transformou numa península, e manifestam o seu horror em frases como: “Que medo! Vamos já embora daqui! Eu se fosse da Estrela não ficava aqui a viver, com esta água toda à minha volta!”

Assim, as primeiras sondagens visavam saber se as pessoas preferiam a mudança da aldeia ou uma indemnização pecuniária. Apesar de haver já uma clara preferência pela primeira hipótese (“nós sempre quisemos casa por casa e terra por terra”), em 1993 o então presidente da Junta de Freguesia fez circular um questionário informal em que os habitantes deveriam indicar se queriam a nova aldeia construída no perímetro da freguesia ou noutra local.⁴ O teor do documento e a formulação de uma das perguntas mostra o cepti-

⁴ As pequenas parcelas de terra em torno da aldeia, naquilo que foi definido como “a unidade agrícola mínima”, foram repostas com parcelas equivalentes. As propriedades de maior dimensão foram alvo de expropriação e compensadas pecuniariamente. Este não é, no entanto, o objectivo deste artigo e não se vai aqui, por conseguinte, desenvolver este tema.

cismo e a escassez de informação fidedigna que era veiculada à população, e que este excerto denota:

Face à informação que tem vindo a público sobre a possível construção, para breve, da “Barragem do Alqueva”, e embora não possua esta Junta de Freguesia qualquer documento oficial sobre o assunto, deliberou (...) elaborar o seguinte questionário a todos os naturais e/ou residentes na freguesia, maiores de 18 anos, a fim de ficar a conhecer, na generalidade, a opinião da população sobre questões de transcendente importância para todos:

– Caso a “Barragem do Alqueva” venha a ser construída pela cota máxima e consequentemente inundar a povoação, é sua opinião que deva ser construído novo aldeamento? (Sim/Não)

– Em caso afirmativo, onde deverá o mesmo ser construído? (Na freguesia / Noutro local)

Nota: O presente inquérito não tem carácter oficial, destinando-se apenas a permitir que esta Junta de Freguesia manifeste às entidades competentes a opinião da população, quando para isso seja contactada (...).

A junta recebeu cerca de 157 respostas (de um total de 180 famílias), que confirmaram a vontade de a Luz se manter uma enquanto comunidade e de ser reinstalada tão próximo da antiga aldeia quanto possível. Os trabalhos foram retomados ainda no ano de 1993; o bloqueio definitivo e legalmente institucionalizado à dinâmica de crescimento da aldeia concretizou-se em 1995, quando a Câmara Municipal de Mourão e a EDIA publicaram um decreto a proibir qualquer construção subsequente na Luz.⁵ As perspectivas de desenvolvimento da aldeia restringiram-se; muitos casais jovens com planos de aí se estabelecerem viram-se forçados a ir para terras vizinhas, desde Reguengos de Monsaraz a Évora: o actual presidente da junta contabiliza a perda de cerca de vinte casais neste processo. Em 1996 é adjudicada a empreitada de construção civil da Nova Aldeia da Luz e em 1998 já se podiam observar as primeiras terraplanagens para a construção do novo núcleo. Quando, em Fevereiro de 2002, as obras do paredão da barragem são dadas como concluídas e se procede ao fecho das comportas, a Nova Aldeia da Luz está praticamente pronta a receber os seus futuros ocupantes.

De acordo com a opinião local, expressa nomeadamente pelas autoridades da aldeia, “as pessoas nunca acreditaram no Alqueva” e pensa-se que houve um processo de “dissolução de vontade”, por parte do poder central, fazendo com que a população só fosse acreditando paulatinamente nessa nova realidade que seria a barragem, de modo a não oferecer uma resistência franca (política e social) contra o projecto. Tal terá sido conseguido através de uma genérica falta de informação em relação ao projecto e uma sucessão

⁵ Algumas construções que tinham já sido iniciadas foram nesta altura embargadas.

de dados contraditórios, que numa altura indicavam que tudo iria avançar para logo a seguir tudo parar. Esta suspeição faz parte de um contexto real em que todo o processo de Alqueva tem decorrido, num clima permanente de conflito de ideias, de fazer e desfazer, de tentativa e erro, muito sentido pela população e pela Junta de Freguesia, como intermediária no diálogo da população com a EDIA e o poder central.

Todo o processo por que a população da Luz tem passado ao longo dos últimos dez anos não tem sido fácil. Quando finalmente as obras avançaram e a nova aldeia começou a tomar forma, as angústias dos seus habitantes irromperam. Para além do abandono forçado das casas e do território familiar da rua em que se morava, da aldeia em que se cresceu e em que os filhos nasceram, da transformação irreversível da paisagem, da perda de terrenos, hortas e campos de cultivo, foi (e é ainda) a gestão da identidade local e dos indivíduos enquanto elementos activos de unidades sociais familiares que surgiu como questão fulcral e extremamente complexa.

No seio de um clima social e psicologicamente perturbado, todo o processo de concepção e concretização da nova aldeia foi, forçosamente, moroso e difícil. Ao longo de anos, e de vários concursos públicos, formaram-se diferentes equipas que projectaram a aldeia, os vários equipamentos públicos e, finalmente, aquilo que a EDIA denominou “o espaço monumental”, constituído pela igreja matriz, o cemitério e o museu projectado para a nova Luz. Para estabelecer uma ponte entre os vários elementos intervenientes no processo – nomeadamente com as diversas equipas de arquitectos projectistas – foi criado o GRAL, Gabinete de Reinstalação da Aldeia da Luz, o pólo local da EDIA, cujos técnicos passaram a operar na aldeia em estreita ligação com os habitantes.⁶

O solstício de Verão e a mudança dos mortos

A mudança de toda a Aldeia da Luz para um novo local acarretava o problema melindroso da trasladação integral da comunidade dos antepassados, já que a velha necrópole seria também submergida pelas águas. O cemitério fazia parte de um conjunto que distava cerca de 1 km do núcleo populacional e que integrava a igreja matriz, do século XV (com posteriores acrescentos, visíveis nas influências góticas dos portais e capitéis e nas características renascentistas da capela baptismal), e a praça de touros – um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano: o caminho entre a aldeia e o santuário era marcado pelas cruces junto às quais se

⁶ A sede da EDIA é em Beja, existindo igualmente um pólo da empresa em Lisboa.

rezavam antigamente os responsos nos cortejos fúnebres que conduziam os defuntos ao cemitério; era também este o caminho percorrido todos os anos pela procissão solene em honra de Nossa Senhora da Luz, no primeiro domingo de Setembro, e pelas gentes que acorriam à tourada de sábado e à vacada de segunda-feira, integradas nestes festejos do final do Verão em honra da santa padroeira da freguesia.

Tendo sido decidido pelos luzenses que “não abandonariam as suas alminhas” e que a mudança dos mortos deveria anteceder a dos vivos, o cemitério foi integralmente trasladado em Julho de 2002. No sábado, dia 22 de Junho, realizou-se uma missa na igreja matriz, seguida por uma derradeira cerimónia religiosa no velho cemitério, presidida pelo bispo auxiliar de Évora, em que a população se despediu desse espaço – as famílias alumiarão as almas dos defuntos, acendendo uma lamparina e colocando uma flor nas sepulturas – e encerrou-se simbolicamente o portão. Este foi um momento de catarse emocional colectiva forte, em que as pessoas se sentiram unidas na dor que lhes causava este abandono forçado dos mortos.

Seguiu-se uma romagem até ao novo cemitério, na nova aldeia, onde se procedeu à bênção do campo sagrado e onde, num simulacro simbólico do processo que se seguiria – já que nesta altura todas as campas se encontravam vazias – e na sequência do que tinham feito no velho cemitério, cada família acendeu igualmente uma lamparina e colocou um flor nos ocós que viriam a ser as novas moradas dos seus antepassados.

Numa comunidade que já se sentia vitimada pela decisão superior da submersão da aldeia, a trasladação do cemitério constituiu o expoente máximo da violação de privacidade e tocou o âmago sagrado da relação das pessoas com a morte, vista como disruptor por excelência da harmonia familiar e social; partilhando as mesmas concepções sobre a morte e a relação com o mundo do além, a repetição do sofrimento e dos gestos de cada família funcionou como um meio de reforço da identidade local. Um desses gestos repetidos foi o “alumiar das alminhas” nos dois espaços cemiteriais.

A noção de que as alminhas “não podem sentir-se sozinhas e precisam de uma luz para as guiar” é recorrente na relação dos vivos com os mortos e um exemplo da noção mais geral da necessidade do integral e cuidado cumprimento dos rituais de modo a que a alma ascenda ao seu lugar devido na esfera do além e que, deste modo, se mantenha uma boa relação entre os dois mundos. Neste caso, ela prende-se ainda com a importância dada ao espaço – real e simbólico – e ao território ocupado pelos defuntos, onde, através nomeadamente dos cuidados dispensados na manutenção e embelezamento das sepulturas, se actualiza fisicamente essa relação (cf. Saraiva 1996). O gesto de alumiar funcionou aqui como alívio no peso de consciência que as pessoas sofriam por sentirem que estavam a abandonar os seus mortos. A continuidade dos gestos entre os dois espaços físicos – o velho cemitério onde as almas

ficavam, e o novo, para onde elas iriam – ajudou também a mitigar a dor sentida pelos luzenses.

Esta data coincidiu com a festa anual em honra do Sagrado Coração de Jesus. À tarde, na praça de touros por baixo do cemitério encerrado, teve lugar uma das tradicionais vacadas. À noite, no pátio das instalações da junta no centro da aldeia – onde, na noite anterior, se tinham visto diapositivos que mostravam a paisagem circundante da aldeia tal como ela tinha permanecido até Fevereiro de 2002 (data do fecho das comportas e do início da subida do nível das águas) – a banda tocou e bailou-se ao som do conjunto “Nova Luz”, grupo *rock* organizado e composto por jovens da aldeia, que nesse dia celebrava o seu 6.º aniversário.

A opção de juntar a festa do Sagrado Coração com as cerimónias de encerramento do velho cemitério e a bênção do novo provocou alguma controvérsia na aldeia, e muita gente não foi à vacada por ter achado mal esta junção de celebrações. A justificação para a sobreposição de datas (até porque a festa do Sagrado Coração se costumava realizar uma ou duas semanas mais cedo) dada pela organização e pela Junta de Freguesia prendeu-se com a preocupação de aliviar e não enfatizar o lado emocional e negativo do encerramento do cemitério, distraindo as pessoas com a festa aliada às celebrações do Sagrado Coração. Este episódio ilustra a complexa gestão de emoções colectivas que tem pautado todo o processo de concertação e mudança da aldeia, tal como a noção desenvolvida pela antropologia, que olha as emoções como algo gerido e muitas vezes mesmo controlado social e culturalmente, sublinha (cf. Lutz 1988, Lutz e Abu-Lughod 1990, Lutz e White 1986, Rosaldo 1984).

Na semana seguinte procedeu-se aos trabalhos preparativos da trasladação. A zona do cemitério, que estava já inteiramente vedada, foi interdita, e a partir daí só a equipa que trabalhou no processo pôde lá entrar. A trasladação iniciou-se no dia 28 de Junho e durou treze dias; foram mudados uma média de doze corpos por dia. Os féretros saíam em carro fúnebre do velho cemitério e seguiam por uma estrada exterior ao núcleo populacional, de modo a evitar o trauma colectivo que constituiria o desfile diário de doze a vinte funerais pelo meio da aldeia.

As famílias aguardavam os seus defuntos no novo cemitério, onde se procedia à inumação das urnas nos novos ocos. Seguiu-se um critério de convocação por famílias, em que se tentou que os defuntos de uma unidade familiar fossem todos mudados no mesmo dia, de modo a evitar várias deslocções ao cemitério – propósito dificultado pelo grau de endogamia da Luz, em que quase todos são aparentados por laços de consaguinidade ou afinidade. O projecto do novo cemitério respeitou as especificidades da antiga necrópole, com os “ocos” característicos da zona – sepulturas exteriores, elevadas em relação ao solo, o que faz com que a inumação não seja feita, na maioria

dos casos, na terra, e o processo de decomposição dos corpos seja aeróbio –, e onde as posições relativas de cada sepultura se mantiveram inalteradas.⁷ A manutenção do aspecto físico de cada campa e da vizinhança das sepulturas visou minimizar os problemas decorrentes da transposição deste campo sagrado para o novo espaço, permitindo às pessoas uma fácil identificação das suas sepulturas familiares: as mesmas pedras ou outras semelhantes revestiram os novos ocós, e todas as cabeceiras de sepultura, lápides, jarras e outras decorações foram igualmente transferidas para o novo cemitério.

Foram 13 dias difíceis, em que se reviveram as mortes que marcaram as vidas das famílias, um trauma aumentado pela repetição do acto mais de uma dezena de vezes diariamente. Mexer na comunidade dos mortos foi também tocar na memória sagrada de uma aldeia, que ultrapassou os restos mortais individualmente identificados que foram trasladados. Este processo desencadeou uma catarse colectiva e um sentimento de solidariedade derivada do sentimento da união na dor. Com os seus mortos no novo espaço só restava aos luzenses aceitarem com resignação que os vivos se mudassem também.

Preparativos para a mudança

Durante os meses de Maio e Junho tinha-se já procedido a uma inventariação dos bens e materiais pertencentes a cada casa e que seria necessário mudar, e a empresa de transportes contratada pela EDIA para o serviço de mudança distribuiu caixas de papelão, rolos de plástico protector, fita adesiva, etiquetas autocolantes e outros materiais necessários para a embalagem dos móveis, objectos e demais haveres pertencentes a cada casa.

Entre meados de Julho e meados de Agosto todas as unidades familiares que iriam receber habitações na nova aldeia foram convocadas individualmente para uma visita final à casa. Nesta visita estavam presentes dois elementos da EDIA, dois representantes da população que tinham acompanhado o processo de concertação e de discussão dos projectos de cada casa desde o início, e as famílias.⁸ O objectivo final destas visitas era, no dizer da empresa, “a entrega das chaves das casas aos seus proprietários”. Eram passadas em revista as discrepâncias existentes relativamente ao projecto aprovado, com as sucessivas alterações a que se tinha chegado por acordo entre as partes, e o produto final patente na casa construída.

⁷ Já que muitos dos ocós são duplos, o corpo que fica por baixo tem por vezes contacto com a terra, o que não acontece com os do nível superior.

⁸ As famílias eram livres de se fazerem acompanhar por parentes ou quem elas quisessem nesta vistoria final à casa.

Na maioria dos casos as divergências foram renegociadas, tendo sido atribuídas às famílias indemnizações pecuniárias por elementos ou detalhes lacunares ou que estavam diferentes do acordado, de montante variável e adequado a cada caso. Quando se conseguia de imediato um acordo, as chaves eram entregues e as pessoas podiam começar a proceder às limpezas com vista à mudança, marcava-se a data para se ir à Junta de Freguesia receber o cheque referente à indemnização e, posteriormente, as pessoas eram contactadas pelos serviços centrais da EDIA, em Beja, para a marcação da escritura. A partir do momento em que esta se concretizava, as velhas casas da antiga Luz passavam oficial e juridicamente para a posse da EDIA.

A questão da data da mudança tinha sido um dos principais pontos de discórdia e controvérsia na aldeia nos últimos meses. Uns defendiam que se devia começar a mudar o mais depressa possível, enquanto outros eram da opinião que a mudança só podia ter lugar após as festas de Setembro da Nossa Senhora da Luz. Muitos achavam uma vergonha ter a procissão a percorrer as ruas que, ao contrário do que sempre aconteceu, não seriam caídas, limpas e alindadas para o grande dia da passagem da procissão solene pelas artérias da velha aldeia rumando depois à igreja matriz.

A solenidade actual desta celebração adquiriu neste Verão de 2002 uma ênfase acrescida: ao fim de se repetir, desde há cinco anos, que “esta festa será a última na velha aldeia”, era agora óbvio – com as comportas da barragem fechadas, o nível das águas a subir, a nova aldeia pronta e a maioria das chaves das casas já entregues aos seus novos proprietários – que este seria real e definitivamente o último ano da grande festa da santa padroeira na sua velha morada e na antiga igreja matriz.

É relevante perceber o significado simbólico e a importância dada a este santuário, já que a história da origem do povoado o faz derivar da lenda do aparecimento da Virgem no local onde mais tarde seria erigida a igreja em honra da Nossa Senhora da Luz. O sentido de pertença àquele lugar está por isso enraizado no símbolo multivocal representado pela igreja, espaço sagrado de devoção mas também gênese do povoado e dos próprios luzenses.

Há cerca de quinze anos construiu-se no largo 25 de Abril, o centro da aldeia, uma capela – erigida em honra do Sagrado Coração de Jesus – onde passaram a realizar-se as missas dominicais, novenas de Maio, velórios e missas de corpo presente, isto é, os serviços religiosos mais correntes.⁹ Do ponto de vista da igreja católica, esta construção deveria ter efeitos positivos na assiduidade dos luzenses aos serviços religiosos, pela sua localização no âmagio da aldeia, evitando assim a desculpa de que não se ia à missa por a igreja ser “mú longe”. De facto, este novo santuário facilitou, em termos prá-

⁹ Foi a partir desta altura que se começou a celebrar a referida festa em honra do Sagrado Coração de Jesus.

ticos, a vida às mulheres da Luz, até por se tornar mais fácil encontrar o padre nesta capela central.¹⁰ A igreja matriz conservou a sua aura de santuário original e ficou reservada para ocasiões mais solenes, como casamentos, baptizados, cerimónias especiais e a grande festa de Setembro. No entanto, a relação emocional forte das pessoas da Luz continuou a ser com a igreja matriz, e não com a capela.

No seio de tanta controvérsia percebeu-se que não havia tempo para mudar toda a gente antes da festa, nem fazia sentido que esta tivesse lugar na nova aldeia, com a maioria da população ainda a residir no velho núcleo. Finalmente, algumas famílias mudaram-se antes da festa de Setembro – deixando, muitas vezes, uma cama ou um colchão na velha casa “para as noites da festa” – mas o grosso das mudanças ocorreu nas semanas subsequentes às festas, havendo nalguns dias sete ou oito mudanças simultâneas ou consecutivas.¹¹ Este ritmo começou a diminuir a partir de finais de Outubro. A mudança da aldeia, inicialmente planeada para Agosto e Setembro de 2002, estendeu-se praticamente até ao Natal desse ano: chegámos assim ao solstício de Inverno.¹²

A festa da Nossa Senhora da Luz

A festa em honra de Nossa Senhora da Luz iniciou-se com a tradicional vacada nocturna de sexta-feira, num recinto improvisado no largo da escola, no centro da aldeia. No sábado de manhã, a alvorada foi feita com a banda de Mourão e uma pequena procissão – em honra de Santo António – pelas ruas da aldeia. À tarde, houve a actuação dos pára-quedistas e a tourada na praça de touros; o arraial nocturno foi abrilhantado pela banda de Mourão, os grupos corais de Mourão e da Luz, e ainda artistas de variedades musicais, seguidos pelo fogo de artifício e baile. O domingo foi o dia votado à devoção da Senhora da Luz, com a procissão pelas ruas da aldeia, a romagem até à igreja matriz, e a celebração de missa solene, em que o padre evocou as circunstâncias peculiares vividas, a recente transferência dos defuntos para a nova aldeia, a mudança em curso e a eminente destruição da igreja e da velha aldeia. Quando terminou a missa pôde-se assistir ao fogo de artifício,

¹⁰ Refiro-me a mulheres e não a homens, já que na Luz, à semelhança do resto do Alentejo, a prática religiosa é um assunto sobretudo feminino (cf. França 1981). São raros os homens que assistem às missas, aguardando normalmente no exterior o término das mesmas. A participação masculina reporta-se sobretudo ao transporte dos grandes e pesados andores nas procissões solenes das festas da aldeia.

¹¹ Uma única família tinha sido mudada antes do início da trasladação do cemitério, por motivo de doença de um dos membros dessa unidade.

¹² Algumas famílias mais renitentes e com questões por resolver com a EDIA permaneceram na velha aldeia até Março/Abril de 2003, mas estes foram realmente apenas alguns casos isolados.

sentados na bancada da praça de touros. Por trás, o terreno vazio onde antes tinha existido o cemitério e que parecia ter-se desvanecido como que por acção de um pincel mágico. Os luzenses foram confrontados neste dia com o desaparecimento desse espaço: a grande maioria das pessoas da Luz não tinham voltado àquele lugar desde o dia da derradeira cerimónia de encerramento do cemitério, em Junho.¹³ Ele tornou-se, durante o período que durou a trasladação, uma zona interdita, repleta de poluição e tabus que se reflectiam nos comentários que circulavam na aldeia durante esse período e que referiam a pestilência que os ventos traziam desse lugar onde os mortos estavam a ser profanados.

À noite, de novo variedades musicais e baile até de madrugada; na segunda-feira, último dia da festa, a vacada ao fim da tarde, no recinto da praça de touros, e a música e o baile finais.

A grande festa de Verão é, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país, o momento por excelência de abertura da Luz ao exterior. Para além de familiares emigrados no estrangeiro ou na zona da capital, a fama das festas da aldeia atrai pessoas das redondezas e de várias outras regiões do Alentejo e é motivo de orgulho dos luzenses, sobretudo quando as comparam com as das aldeias e vilas circundantes e com o prestígio dos artistas que contratam: “Nós temos sempre os melhores! A Mariza vem este ano e já cá esteve há dois anos e vem também a Ana Malhoa e o pai! E aqui na Luz é sempre à borla, nem fechamos o largo como fazem noutros sítios!” A festa de 2002, anunciada como a derradeira na velha aldeia, foi uma das mais concorridas de sempre.

A efervescência da multidão que assiste ao espectáculo de variedades diminui ao longo do baile da madrugada e, a partir das três, quatro da manhã, o espaço, esvaziado dos “de fora”, é devolvido aos locais: as danças que se fazem às quatro ou cinco da manhã, com rodas e filas dançantes – como o “paquito” e o comboiozinho –,¹⁴ espelham relações de familiaridade que se perpetuam entre as gentes da aldeia. Uma outra ocasião importante e reservada unicamente aos luzenses é o momento de encerramento das festas. Na terça-feira, cumprindo um ritual obrigatório e costumeiro, o presidente da Junta de Freguesia convidou toda a população a participar num almoço comunitário na cooperativa da junta. Embora o convite fosse generalizado a toda a gente, só as pessoas que de algum modo tinham estado ligadas à organização da festa e a camada mais jovem compareceu. No final, os jovens decidiram ir tomar café à “nova aldeia”, ao único estabelecimento aí já instalado – uma forma de marcar um dia diferente, em que, como disse a jovem que

¹³ Muitos já se tinham deslocado ali no dia anterior, para assistirem à tourada, mas a afluência à procissão e à missa foi sem dúvida mais representativa.

¹⁴ Danças de grupo, com rodas e filas dançantes.

insistiu em pagar a despesa na sua totalidade: “Há tão poucas vezes em que estamos todos assim aqui juntos, tem de ser celebrado!” A opção pela escolha do café na nova e, à altura, pouco habitada aldeia, é interessante e pode ser vista como uma afirmação simbólica por parte dos jovens da aceitação de um espaço que marcará as suas vidas futuras.

Do Verão ao solstício de Inverno: a mudança dos vivos

Nos meses de Setembro e Outubro as dinâmicas das duas aldeias foram inteiramente pautadas pelo ritmo das mudanças. À medida que se esvaziava a antiga Luz, ia-se enchendo a outra aldeia: cada dia havia mais casas habitadas e janelas abertas na nova povoação. Aos poucos, as portas das antigas ruas foram-se enchendo do dístico que marcava o estigma da casa vazia, e que, destinado a informar o carteiro local, podia também ser tomado como uma espécie de contagem decrescente conducente ao final da Luz: “Entregar o correio na loja da D. Adelina.”

De semana para semana podia-se observar a diminuição do movimento nas ruas e a crescente azáfama nas artérias do novo núcleo. A escola, que abrange o ensino pré-primário e o primeiro ciclo, iniciou-se, tal como estava planeado, na data oficial de abertura do ano escolar, a 15 de Setembro. A maior parte das famílias com crianças em idade escolar estava nesta altura já a residir na nova Luz.

Os dias anteriores à mudança foram sempre marcados por uma grande azáfama: era preciso embalar os objectos, separar o que não se queria levar, preparar tudo para o dia da despedida da velha casa. As etiquetas com as designações das diferentes divisórias da casa eram colocadas nas caixas de modo a facilitar o processo de desempacotamento e arrumação na nova casa.

No dia da mudança, tudo era levado – do interior, das diversas divisões das casas: mobiliário, roupas, os *bibelots* e objectos embalados, candeeiros, electrodomésticos e esquentadores; dos quintais e anexos: utensílios agrícolas e outros, plantas, animais domésticos e as suas respectivas “casas” (gaiolas de pássaros, casotas de cães, etc.), lenhas... Para o transporte das plantas foi, para muitas casas, necessário um camião separado, dada a quantidade e o volume das mesmas, e a vontade expressa pelas pessoas de “não deixarem lá as suas plantas a apodrecer debaixo de água”.

Após anos, meses de angústia, estes dias finais foram, para muitas famílias, mais fáceis do que eles próprios esperavam. Várias pessoas disseram que o que lhes custou mais foi o dia em que foram ao GRAL marcar a mudança e receber as caixas e as etiquetas para o empacotamento. Estes actos fizeram com que tomassem consciência de que a tal duvidosa hora da mudança sobre a qual tanto se havia falado e especulado se tinha, afi-

nal, transformado numa certeza incontornável e contra a qual eles já não podiam lutar.

Apesar disso, a despedida da velha morada foi muitas vezes dolorosa, e amiúde as lágrimas caíam pelas faces de homens e mulheres ao fecharem pela última vez a porta das velhas casas. Este foi um marco simbólico importante na conceptualização da necessidade de abandonar a velha aldeia, mesmo se, na realidade, o abandono se deu de uma forma paulatina. Todas as famílias guardaram uma chave e voltavam regularmente à velha casa nas semanas subsequentes à mudança para irem buscar haveres deixados, coisas que se pensava originalmente não serem necessárias, para levarem as galinhas que se tinham deixado nos quintais, para apanhar os últimos frutos e legumes das hortas que trabalhavam.

No dia da mudança, o contraponto da tristeza de deixar a velha casa era a chegada à casa nova. Um misto de emoção e de invocação dos aspectos práticos para anular tristezas, já que era necessário começar a ordenar e a impor algum sentido aos objectos nos seus novos lugares, fazer o essencial para pôr a casa a funcionar: colocar lâmpadas eléctricas ou candeeiros novos previamente comprados, preparar as camas para a primeira noite na nova casa, começar a pendurar as roupas nos roupeiros. As mudanças desencadearam mecanismos de solidariedade familiares e vicinais – correntes em situações críticas em que as rotinas quotidianas são alteradas, como na morte e luto, mas também em alturas de cooperação e entreaajuda no trabalho, por exemplo – em que parentes e sobretudo as mulheres mais jovens das famílias vinham ajudar mães, sogras e tias a limpar os móveis, fazer as camas, trazer comida para as primeiras refeições no novo espaço ou convidar os que se mudavam a ir comer a casa deles.

O ritmo de adaptação foi diferente consoante as casas. Algumas, com tudo mais organizado e que dispunham de mais ajudas conseguiram em poucos dias ter “a casinha arrumada”; outras, com mais haveres e com menos auxílios, permaneciam com as divisões repletas de caixas cujos rótulos exteriores indicavam o destino próximo do que se encontrava no seu interior: quarto 1, quarto 2, cozinha 1, cozinha 2, sala, quintal, etc.

Com todo o trauma a ela associado, a mudança para a nova aldeia teve também aspectos positivos: ambigualmente temida e desejada, ela possibilitou a consagração de um sonho de renovação que para muitos foi importante. Quase toda a gente investiu na compra de mobiliário novo, pelo menos para algumas divisórias da casa, e foi nítida a ênfase posta nas cozinhas. Mesmo quem dispunha de parcos meios financeiros comprou candeeiros novos, já que estes eram mais acessíveis e não era pensável ir para uma casa nova sem coisas novas. A proclamação de que “agora, com a mudança, são tudo casas de noivas”, refere-se não apenas à jocosidade com que se desejava felicidade aos casais na sua primeira noite na nova casa (e que era motivo de brin-

cadeira sobretudo entre os casais mais idosos), “uma segunda noite de núpcias”, mas também ao facto de a ida para uma casa nova marcar normalmente uma etapa na vida das pessoas, que corresponde ao rito de passagem do casamento.

Simbolicamente, a casa na recém-criada aldeia correspondia a uma noção de revitalização que, no meio de tanta discussão e tristeza, não deixava de ser apelativa. Submetidos a uma série de ritos de passagem indesejáveis – de luto pela velha casa e aldeia, de transição de espaços – os luzenses juntaram-lhes outros mais agradáveis: a noção da nova casa e da cama feita de novo para uma “noite de núpcias” simbólica são alguns desses exemplos.

Vítimas ou heróis: o refazer da identidade local

O processo psicológico e social de adaptação à nova situação tem vindo a ser marcado por uma ambiguidade e um discurso que tem muitas vezes faces diversas consoante os interlocutores. Ao orgulho sentido pela “nova casinha” alia-se a noção da penalização perante uma condição que as pessoas sentem que lhes foi imposta, mas que, no seio de um *ethos* que prima por um certo fatalismo – e mesmo um “conformismo suicida”, segundo alguns –, se habituaram a aceitar.

Se o facto de se sacrificarem pelo bem do país acarreta o estatuto duplo de vítimas e heróis – facto bem sentido pelas pessoas que se gabam de terem aceiteado a cota máxima para o nível das águas, porque “já que o país ia gastar dinheiro, então, que se fizesse bem, mesmo que saíamos sacrificados” –, à medida que o tempo passou e o processo de concertação se foi materializando, os luzenses passaram de vítimas e heróis a reivindicadores; a ambiguidade destas duas posições tem sido, também, a imagem veiculada pelos meios de comunicação social. Como em todos os casos de contestação social, foi necessário encontrar-se um culpado; neste caso, a EDIA é, em última análise, o inimigo, a entidade responsável pela desgraça que caiu sobre a Luz.

A complexidade do processo em curso é, em grande parte, engendrada e alimentada por um discurso de imolação social, em que, para o exterior, cada um reitera a sua posição de vítima se comparado com o vizinho do lado, “beneficiado pela EDIA”. Isto sucede aos vários níveis da consciência pessoal e social: mesmo as pessoas que sentem que o processo lhes foi favorável e se consideram contentes e orgulhosas com a sua “nova casinha” apressam-se logo em seguida a reiterar os lados negativos do seu caso, e a afirmarem que, no geral “ficaram pior que os vizinhos”.

Para além de duas famílias de proprietários mais abastados, e que residem na zona de Lisboa, a população da Luz é constituída essencialmente por

descendentes de seareiros e trabalhadores rurais – na acepção que Cutileiro (1977) deu a estes grupos sociais na sua monografia sobre Monsaraz, situada a escassos 20 km da Luz – que trabalhavam nas terras dos primeiros e sobretudo de latifundiários das zonas circundantes, onde muitos também cumpriam a função de feitor, caseiro, pastor, maioral ou porqueiro. Outra série de ocupações principais ou complementares tinham a ver com os ofícios tradicionais ou artesanais: moleiro, maquilão, tosquiador, ferreiro, abegão, pedreiro, mestre da taipa ou dos telheiros, entre outros. A estas juntava-se o fabrico de produtos alimentares locais, como o queijo de cabra, a caça, a recollecção de espargos e “silarcas”¹⁵ e a pesca no Guadiana, a que muitos se dedicavam e que constituíam uma contribuição importante para a alimentação da casa.

Algumas famílias de seareiros ascenderam a uma posição social e economicamente confortável, e são hoje em dia considerados “os ricos” da aldeia. Outros conseguiram, mercê da emigração para a Suíça, França e Alemanha, fazer melhoramentos ou mesmo refazer inteiramente as velhas casas. São sobretudo estes dois grupos que se sentem mais lesados com o nivelamento social a que a imposição de tipologias nos projectos para a construção das casas obrigou, e são também estes que estão agora a introduzir mais modificações nas novas moradias.

Em termos de estratégias identitárias dos vários grupos sociais, os de estatuto social e económico mais elevado são os que tendem menos a desenvolver o discurso da comparação pela negativa, e viram o ónus dos seus dissabores para a EDIA, culpada de uma tendência para um nivelamento social patente na uniformidade arquitectónica das casas que não lhes agrada. Nas famílias de condição socioeconómica mais baixa o processo desencadeou a verbalização de toda uma consciência velada das diferenças sociais.

Para uns e outros, de qualquer modo, o bode expiatório de todas as maleitas reais ou simbólicas por que têm passado é a empresa responsável por Alqueva. Esta necessidade de objectivar e imputar culpas e ódios traduz-se também na proclamação de que “não se deixa lá nada, para a EDIA” e, na prática, na retirada pelos próprios da maioria dos materiais das antigas casas – portas, janelas e marquises, telhas, vigas e outros elementos estruturais dos edifícios. Isto resultou também num certo conforto a nível psicológico, já que foram os próprios luzenses os agentes activos do início do desmantelamento da velha aldeia.

Ao longo do Outono

Não foi só a despedida das casas que se deu de forma gradual. A relação com os espaços públicos foi a mesma e pautou-se por um constante volver, de

¹⁵ Nome local dado às trufas, cogumelos definidos como fungos ascomicetes, de aparelho esporífero subterrâneo e de constituição tubercular, aromáticos e comestíveis (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora).

modo que estes só muito lentamente foram sendo abandonados: os poços e as fontes (sobretudo o poço velho no caminho das hortas) onde se continuou a ir buscar água, os campos onde se caçou durante todo o Outono, e onde se apanharam silarcas no Inverno.

Na velha Luz existiam três cafés, dois na artéria principal que ligava a aldeia a Mourão, um num pequeno largo igualmente central, e ainda a Sociedade Recreativa Luzense. Um quarto café, localizado igualmente na rua de Mourão, foi sempre percebido mais como restaurante do que como café e foi este o estabelecimento que se mudou primeiro para a nova aldeia, ainda antes da festa de Setembro.

Era nestes espaços que se geria a intensa sociabilidade masculina: antes da refeição do meio dia para se tomar uns copos e comer um petisco, ritual repetido e prolongado antes do repasto nocturno e, após este, para beber o café ou os digestivos. O costume é realizar-se o périplo pelos vários estabelecimentos, volta que dura várias horas. Era ainda nos cafés que se viam os grandes jogos de futebol e outros espectáculos desportivos de interesse e que os grupos se juntavam para jogar às cartas ou para outros entretenimentos, como o caso da sala de *snooker* e de matraquilhos na Sociedade.

Mesmo já com muitas famílias na aldeia nova o palco das intensas sociabilidades centradas nos cafés continuou focado na velha aldeia até à mudança desses espaços. Durante todo o mês de Setembro e parte de Outubro, depois do jantar, o largo da velha aldeia transformava-se em parque de estacionamento de todos os que já residiam no novo núcleo e que “iam tomar o café à aldeia”. É interessante notar que mesmo pessoas a habitarem já nas novas casas se continuavam a referir à velha aldeia como “a aldeia” ou “a Luz”, noção expressa em frases como “Queres vir tomar café à aldeia?” ou “Vão para a Luz?” Num esforço para se manter uma relação identitária com um espaço que se desfazia e se recriava noutra local, a evocação do nome da aldeia parecia de vital importância.

Este panorama só mudou com a transferência dos cafés e da Sociedade Recreativa, no mês de Outubro, o que marcou definitivamente a transposição do pulsar da vida social para a Nova Luz. A despedida do último café na velha aldeia foi uma longa noite de festa, em que se cantou, se chorou e se bailou, o grupo coral actuou e os acordeões soaram até de madrugada. Nessa altura, as casas de comércio da aldeia – três mercearias e uma padaria – já se tinham mudado. A partir daqui os resistentes que permaneciam no velho núcleo sentiam que “realmente aquilo ali já não é vida”, e que “até para comprar uma caixa de fósforos é preciso ir à aldeia nova”.

As novas casas

A ocupação das novas moradias, para além de obrigar as pessoas a perceberem e se adaptarem a um novo espaço, confrontou-as com casas recém-acabadas e com os erros de projecto e de construção que já tinham sido objecto de confronto e conflito entre os luzenses e a EDIA ao longo dos anos de concepção do projecto e respectiva construção. Apesar de tentativas iniciais de entendimento entre as pessoas e a equipa projectista, através da criação de uma comissão de luzenses que reunia com os arquitectos, a partir de certa altura o diálogo tornou-se impossível e foi a EDIA, através do GRAL, que ficou encarregue do contacto directo com a população – toda a discussão sobre as áreas das casas, anexos e quintais, materiais a escolher para o revestimento dos chãos, acerca de trocas e negociações referentes a modificações nas casas passou a ter lugar na sede da EDIA na aldeia, e era aos técnicos do GRAL que as pessoas se dirigiam para qualquer reclamação.

No produto final e na adequação das casas às vivências quotidianas das famílias surgiram inúmeros problemas. Alguns deles reportam-se ao próprio projecto de urbanização, como a questão do deficiente escoamento das águas pluviais, que provocou inundações nos quintais de várias casas durante o primeiro Outono/Inverno passado na nova aldeia (2002-2003). Outros prendem-se com uma errada concepção do que é a vida dos habitantes da Luz, onde uma parte da população se dedica ainda à agricultura, aliada à criação de gado. A Aldeia da Luz faz parte dessa fracção do país que ainda representa o que resta do mundo rural em vias de desaparecimento (cf. Baptista 1996). É uma aldeia alentejana em que os rituais da matança do porco, do fumeiro, do fazer do vinho, da preparação da azeitona continuam a fazer parte de um modo de vida que o projecto de arquitectura descuroou. Um exemplo disto foram os telheiros, espécie de alpendres destinados a guardar lenhas, alfaiais agrícolas e demais objectos, projectados como estruturas assentes sobre pilares que suportavam um telhado de uma só água, inteiramente abertas dos lados, e que portanto não podiam cumprir a função a que se destinavam, já que não protegiam do sol, do vento e da chuva. Em Abril de 2003, não há um único desses telheiros que tenha resistido. Nas transformações operadas pelas pessoas nas novas casas, o encerramento das paredes laterais desses elementos foi uma constante, compreensível por questões de funcionalidade.

As outras modificações introduzidas nos interiores das casas – de que a colocação de azulejos decorativos nas paredes dos corredores e de algumas salas, a introdução de colunas e arcos decorativos divisórios entre a cozinha e a sala e o investimento generalizado no mobiliário das cozinhas são os exemplos mais recorrentes e notórios – prendem-se mais com a necessidade de apropriação de um espaço estranho, de cada um transformar à sua maneira e personalizar um território novo, e que se quer diferente do do vizinho.

No projecto original para as casas havia vinte e cinco tipologias diferenciadas, às quais acresceram transformações mais ou menos pontuais. Pelas modificações e decorações introduzidas nos interiores das casas, e construções nas traseiras, sobretudo nos quintais e tapadas, por exemplo de segundas cozinhas e chaminés destinadas ao fumeiro, fechamento de telheiros, construção de casões para abrigo de alfaias agrícolas ou animais, alterações aos muros circundantes das propriedades, entre outros, pode-se afirmar que a tipologia original se encontra totalmente ultrapassada.

Muitas das modificações realizadas nos exteriores prendem-se com questões de afirmação social, sobretudo por parte das famílias mais abastadas ou daquelas que, mercê dos ganhos conseguidos com a emigração, tinham feito mais investimentos e modernizado num passado recente as suas casas na velha aldeia. Exemplo disso são os muros exteriores refeitos com vedações em ferro forjado, complementados com portões no mesmo material. Mas reduzir toda esta dinâmica aos aspectos da visibilidade social é, penso, extremamente redutor: muitas vezes a funcionalidade, questões estéticas ou a necessidade de continuar esferas de sociabilidade que existiam na velha aldeia triunfam, como é o caso de um luzense que baixou o nível do muro do seu quintal para que a mulher pudesse continuar a conversar com a vizinha sem ter de sair de casa e, também, “para ter vista”.¹⁶ De um ou outro modo, subjacente está sempre a necessidade de apropriação simbólica do espaço.

“Os de cá” e “os de fora”

A Aldeia da Luz situava-se numa estrada que, vinda de Mourão, terminava na aldeia, só conduzindo, através de um caminho de terra batida, ao castelo da Lousa, uma edificação romana junto ao Guadiana. Este monumento arqueológico era o que levava mais pessoas a passarem pela aldeia, que mantinha um ritmo de vida bastante pacato. O Alqueva veio revolucionar as vivências da Luz e devassar intimidades.

A afluência de pessoas “de fora” começou com os primeiros estudos sobre a barragem e sobretudo com o início do projecto de construção da nova aldeia. Foram os primeiros inquéritos e os estranhos a porem intermináveis perguntas de porta em porta; os arquitectos e engenheiros a entrarem pelas casas, a contar e a medir tudo o que era susceptível de ser medido; os cineastas a fazerem filmes sobre a aldeia; os fotógrafos a editarem livros e a realizarem exposições de fotografias; os antropólogos e sociólogos a inquirirem sobre o processo de mudança.

¹⁶ Todas as paredes de divisória entre parcelas são bastante altas, acima dos 2 m.

Além deste primeiro tipo de invasão do exterior, mais relacionada com peritos das diversas áreas do trabalho a realizar, a Luz habituou-se a dois outros grupos de alógenos desconhecidos até então para a grande maioria da população: os imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar para as obras de construção da aldeia e os turistas. O primeiro grupo permaneceu na aldeia durante todo o período de construção e obras, sensivelmente desde 1996 até 2003, tendo essa ocupação sido mais intensa entre 1998 e o Verão de 2002. A velha Aldeia da Luz transformou-se num espaço de concentração de pessoas oriundas “dos quatro cantos do mundo”¹⁷ a uma escala verdadeiramente surpreendente: havia vários grupos dos países de Leste (sobretudo moldavos e ucranianos), outros dos PALOP – guineenses, cabo-verdianos, angolanos –, de outros países africanos (por exemplo, senegaleses) e ainda brasileiros e paquistaneses. A maioria vivia em contentores e instalações fornecidas pelos empreiteiros e subempreiteiros das obras, mas alguns tinham alugado casas na aldeia. Vários homens provenientes dos países de Leste trouxeram as suas mulheres e filhas, o que funcionou como um factor que facilitou a sua integração. Elas começaram também a trabalhar na Luz e foram mais tarde, durante o período das mudanças, uma mão-de-obra muito valorizada nas limpezas às casas, no dizer das luzenses: “as ucranianas, que limpam muito bem”. Mesmo os grupos que não moravam na aldeia interagiam com os habitantes, já que, desprovidos de meios de locomoção próprios, se abasteciam de víveres nas mercearias e padaria locais. Muitos luzenses que nunca dali tinham saído viram-se confrontados com homens de turbante na cabeça, línguas desconhecidas e modos de vida percebidos como diferentes dos padrões locais.

O terceiro grupo começou a invadir a Luz sobretudo no último ano antes da mudança, e ainda mais a partir do momento do fecho das comportas e da maior divulgação e presença do caso do Alqueva e da “aldeia que vai desaparecer” nos meios de comunicação social, e sobretudo de todo um aproveitamento sensacionalista feito por esses mesmos *media* sobre o caso da Luz. Durante os fins-de-semana do Verão de 2002 chegavam a entrar diariamente cerca de 30 autocarros na velha aldeia, e as largas centenas de automóveis particulares provocavam longas linhas de tráfego e engarrafamentos a ponto de se ter de restringir a circulação automóvel e se impor sentidos de circulação únicos. No largo 25 de Abril, nas tardes tórridas dos domingos de Agosto, muitas vezes havia mais turistas que autóctones.

Os luzenses viam o desfile de pessoas que para eles olhavam com um misto de orgulho da sua afirmação da identidade local e de repúdio por um devassar de espaços e privacidades que sentiam como sua pertença.

¹⁷ Usando uma expressão amiúde repetida pelos luzenses quando falavam deste fenómeno.

O orgulho estava aliado à constatação do interesse que os demais manifestavam pela sua aldeia antes desconhecida, pela notoriedade que o seu sacrifício lhes trouxe a nível nacional; mas essa atracção pela fama envolve também o outro lado, e uma certa saturação que foi aumentando à medida que os anos passavam, as obras avançavam e o número de visitantes crescia, e eles começaram a sentir-se “olhados como se fossemos peças de museu ou animais do jardim zoológico”.

Os turistas iam ainda ao castelo da Lousa, até à altura em que este foi coberto de sacos de areia e deixou de poder ser visitado.¹⁸ Esta avalanche de visitantes continuou até as obras de desmantelamento terem sido iniciadas e ter sido interdita pela EDIA a entrada na velha aldeia (Fevereiro de 2003).¹⁹

A mudança dos santos

Uma data especialmente importante foi o dia da saída dos santos da velha para a nova aldeia, ao fim da tarde de sábado, dia 19 de Outubro. A igreja matriz tinha anteriormente sido esvaziada e os santos levados para a capela do Largo 25 de Abril. Foi daí que saiu a “procissão do adeus”,²⁰ o cortejo que levou os andores dos santos, a pé, da velha para a nova aldeia, onde ficaram guardados na nova igreja paroquial, única a ser utilizada para os actos de culto enquanto se aguarda a inauguração da nova igreja matriz – que é, aliás, o único edifício de todo este complexo que foi projectado e construído como uma réplica do seu antecedente. Da velha igreja foram retirados vários elementos que se transpuseram para a nova construção – as colunas e outras pedras do alpendre, o pórtico frontal e o lateral, o baptistério, o púlpito, as pinturas murais do altar-mor, os altares laterais de madeira, os candelabros, e ainda outros elementos estruturais e decorativos.

No dia seguinte, domingo, o bispo de Évora realizou uma missa e procedeu à bênção solene da nova capela. A partir desta data deixou de haver missas na aldeia antiga, e as mulheres que lá continuavam passaram a ter de se deslocar à nova aldeia para assistir aos actos de culto.

A inauguração e a subida da águas

A 19 de Novembro de 2002, a Nova Aldeia da Luz foi solenemente inaugurada pelo primeiro ministro, já com a grande maioria da população a viver

¹⁸ Esta medida foi decidida pelos arqueólogos, que defendem que esta é a única maneira de se poder preservar esta edificação romana – a esta altura, Abril de 2003, já inteiramente submergida pelas águas da albufeira – para gerações futuras, quando, daqui a umas centenas de anos, as águas baixarem de nível.

¹⁹ Não que as avalanches de visitantes tenham diminuído, pelo contrário: vai-se ver a entrada – barrada – da velha aldeia, as águas da albufeira e, claro, a nova aldeia, que é por sua vez agora o palco dos engarrafamentos de fim-de-semana.

²⁰ Como constava dos cartazes afixados nos comércios e cafés locais.

lá. Para lá das comemorações, dos discursos e visitas oficiais, à noitinha houve uma refeição comunitária e um espectáculo multimédia, com som, luz e água. Mas a população sentiu este dia, um dia de semana (terça-feira) em que muitos trabalharam, como aquilo que ele foi exactamente: um dia de inauguração oficial.

Os luzenses engendraram eles próprios as suas formas de se despedirem da aldeia. Duas semanas depois da inauguração oficial organizaram uma vacada no velho largo 25 de Abril, que, ao contrário das suas congéneres das festas de Setembro, era destinada única e exclusivamente “aos da terra”. As pessoas refugiaram-se das vacas e dos touros dentro de casas vazias e já sem janelas e o bar foi improvisado na antiga mercearia do largo, nesta altura já a funcionar em pleno na nova aldeia.

Durante todo o Outono e Inverno de 2002 os luzenses deslocavam-se – como as hordas de turistas de fim-de-semana – para observarem a subida do nível das águas, que, num ano de pluviosidade elevada, foi aumentando a um ritmo assustador, sobretudo no período entre o Natal e as primeiras semanas de 2003. Os comentários das pessoas denotavam a surpresa por tudo acontecer tão rapidamente: “a fonte santa desapareceu quase de um dia para o outro... isto está um mar!” Com os seus mapas cognitivos e memórias da paisagem circundante completamente alteradas, é às gerações mais velhas que o panorama da águas mais impressiona, quando reconhecem que “agora já não me sei bem orientar; procuro coisas que já estão debaixo da água e que dantes a gente conhecia tão bem!...”

Os jovens e os velhos

A adaptação das pessoas aos novos espaços da aldeia tem-se processado ao ritmo dos acontecimentos e da apropriação dos territórios e das sociabilidades adequadas ao papel de cada um. A padaria, a partir do momento em que se estabeleceu na nova aldeia, cumpriu o seu papel de local de intensa interacção feminina, onde se comentam, logo pela manhã, as novidades do dia e da noite anterior. O mesmo aconteceu com as mercearias, nomeadamente porque o correio foi, durante o lapso de tempo que decorreu entre as mudanças e a inauguração oficial – data em que foram colocadas as placas com os nomes das ruas e os números das portas – entregue e subsequentemente distribuído no estabelecimento que exercia oficialmente as funções de posto de correio local. A ida à queijaria ou à casa de mulheres que têm cabras e fabricam queijos, as deslocações à escola para ir buscar as crianças, as idas ao café, foram-se delineando e desenvolvendo à medida que a nova aldeia adquiria corpo. A circunstância das novas casas, do novo mobiliário, do esmero posto na decoração, e das obras e melhoramentos realizados suscitou a multiplicidade de visitas às casas uns dos outros.

O ritmo da ciclicidade anual dos eventos foi trazendo as pessoas aos espaços públicos – as celebrações e o madeiro de Natal no largo 25 de Abril, a comemoração da passagem do ano, também junto ao madeiro, com uma refeição comunitária e fogo de artifício. O final do ano foi também marcado pela celebração do primeiro casamento na nova aldeia: num cenário carregado do simbolismo de um ritual de agregação cumprido num espaço recém-criado e ele próprio num processo de apropriação colectiva, a noiva e seu séquito percorreram, pelas ruas da aldeia e perante o olhar público, a distância entre a casa dos seus pais e a Junta de Freguesia, no largo principal.

A apropriação dos espaços públicos vai-se processando lentamente e as dificuldades reflectem, mais uma vez, e à semelhança do que acontece com as casas, um projecto de urbanismo que não primou pela reflexão em torno dos modos de estar e das vivências das gentes da Luz.

Um dos problemas de circulação prende-se com a escala desta nova aldeia, com ruas mais largas e em que as distâncias entre os seus extremos parecem incomensuravelmente maiores e intransponíveis. O estrato da população que mais queixas tem a este respeito é a faixa etária mais idosa, que é também o grupo que mais usufrui dos espaços exteriores. Na velha aldeia, o Largo 25 de Abril era o ponto de encontro dos homens, sobretudo ao fim da tarde, e era daí que os diferentes grupos divergiam para o périplo tradicional pelos cafés, numa partilha de petiscos e copos que acompanhavam as conversas. No novo núcleo, o largo é um espaço devassado, sem intimismo, demasiado grande e por isso pouco acolhedor, facto agravado pela ausência de bancos, de árvores e de sombras – a única oliveira para aqui transplantada não consegue cumprir essas funções de estabelecer um espaço afável e convidativo. No largo da velha aldeia havia também uma casa que estava cedida à junta, onde os homens se juntavam para jogar cartas, o que também não teve continuação na nova Luz e que ilustra o problema da diminuição dos pólos que favoreciam a convivencialidade e dos espaços de sociabilidade colectiva, que só com o tempo pode vir a ser sanada, à medida que se opere a apropriação dos territórios.

Durante o Outono e o Inverno de 2002/2003, à medida que as mudanças tinham lugar, o número de homens sentados à tardinha no banco corrido que acompanha a parede do edifício da junta foi aumentando. Mas mesmo com dias menos frios e mais soalheiros é sentida a falta da atmosfera do velho largo e estas circunstâncias agravar-se-ão com a chegada do sol do estio.

As mulheres também sentem a sua circulação restringida. Mercê de sucessivas heranças, junção e separação de propriedades pelo casamento, muitas famílias eram proprietárias, na velha aldeia, de mais que uma parcela. Esta dispersão das propriedades englobava também os quintais e as segundas cozinhas (onde no dia-a-dia se fazia o fogo e se cozinhava), que, sobretudo na zona mais antiga da aldeia – a Rua de Trás – estavam distanciados

das habitações e muitas vezes do lado oposto da rua. Isto fazia com que as mulheres fossem, na sua azáfama quotidiana, obrigadas a atravessar permanentemente a rua e a cruzarem-se com as vizinhas. Nas novas casas, as segundas cozinhas e os quintais situam-se nas traseiras, mas dentro dos perímetros das casas, não proporcionando essas sociabilidades e encontros femininos.

Outra ocupação dos mais velhos viu-se também anulada com a mudança: as hortas, situadas numa das extremidades da aldeia, eram trabalhadas por homens e mulheres, que daí extraíam legumes, hortaliças e frutas para o gasto da casa. A maior parte desses espaços não eram pertença de quem os trabalhava, mas sim por estes arrendados ou simplesmente – na grande maioria – emprestados sem encargos, já que os seus proprietários viviam fora ou deles se não podiam ocupar. O caminho das hortas era ainda percorrido pelas mulheres que iam aos poços buscar água ou ao lavadouro lavar colchas e mantas. Estas interações não foram ainda retomadas na nova aldeia, onde não há hortas e o lavadouro ainda não entrou em funcionamento. Numa zona em que os mais velhos viveram a sua idade juvenil e adulta a trabalhar para os donos das terras, viram, e alguns participaram, nos triunfos e derrotas da reforma agrária (cf. Drain 1992-1993), são ainda estes que remodelam as suas posturas e se adaptam ao novo cenário de vida: vendem-se ovelhas ou cabras por causa da diminuição dos pastos, vai-se trabalhar para as casas que têm mais gado e que podem beneficiar melhor das novas hipóteses criadas pela massa gigantesca de água que se avizinha.

A adaptação foi naturalmente mais fácil para os mais jovens, a faixa etária virada para o futuro e que melhor aproveitará as sinergias possibilitadas pela albufeira.

A Luz é uma aldeia com uma vitalidade invulgar, se a compararmos com outras aldeias do interior do país, com cerca de 20 jovens na faixa etária dos 15 aos 25, e mais de 25 crianças entre os 2 e os 14 anos de idade. A Associação de Jovens foi fundada há sete anos e o grupo *rock* “Nova Luz” tem sete anos. A associação promoveu há cerca de dois anos uma peça de teatro inteiramente escrita, encenada e representada por jovens da Luz, cujo tema era a barragem e as suas consequências, um pouco uma sátira com aspectos de comédia e de drama, uma referência ao cenário de perturbação que se vivia na aldeia – já que coincidiu com o período mais agudo de discussões acerca dos projectos de execução das casas.

Esta *performance* mostrou o quanto o processo afectou também os mais jovens. Do repertório de canções do “Nova Luz”, uma das mais requestadas é a que termina com os seguintes versos:

Em nome do que há-de vir
 Tu vais partir, alguém te leva
 Vá lá, diz adeus ao mundo
 Vais para o fundo do lago de Alqueva

Ficas na minha memória
Passou à história
Já não seduz
Mas enquanto eu viver
Não te vou esquecer...
Aldeia da Luz

Alguns dos rapazes que tocam na banda *rock* cantam também no grupo coral, composto inteiramente por elementos masculinos, seguindo a tradição alentejana, mas de variados grupos etários, desde os mais velhos aos mais novos. Em todas as actuações do grupo coral da Luz há uma canção que é sempre entoada, cuja letra foi composta por um dos seus elementos e que bem sintetiza a saga por que os luzenses têm passado:

Aldeia da Luz querida
Não posso nisto pensar
Quando for a despedida
Muita gente há-de chorar

Muita gente há-de chorar
Até os que cá não estão
Quando for desenterrar
Quem está debaixo do chão

Choram novos e choram velhos
Choram todos quantos estão
Tanta gente a chorar
Aqui nesta ocasião

Aqui nesta ocasião
Nós teremos de abalar
Vamos daqui com paixão
De não te poder levar

Uma aldeia com espelho

À data de escrita deste texto, Abril de 2003, a velha Aldeia da Luz ainda se encontra de pé, embora em fase de desmantelamento, com algumas casas já destruídas, outras parcialmente desfeitas. O que restava do “espaço monumental”, igreja matriz e praça de touros, foi desfeito em Fevereiro de 2003, com as águas da albufeira já muito perto. Dentro de meses, nada restará: ao contrário do que se passa com Vilarinho da Furna, em que, quando o nível das águas baixa, se avistam as velhas paredes das casas, aqui tudo será arrastado, reduzido a escombros ou reciclado – será assim preservada a qualidade

da água e o bom aproveitamento da albufeira, mas também se protegerá a memória de um local que as pessoas querem “conservar na lembrança como ele era, e não destruído”.

Apesar de toda a contestação e aspectos necessariamente complexos num processo desta envergadura, o realojamento da Luz reflectiu a vontade da população de permanecer uma enquanto comunidade, ao contrário do caso da barragem de Vilarinho, em que as pessoas foram desalojadas e se dispersaram completamente, e dos estudados por Reis e Bloemer (2001) nos exemplos de reassentados devido à construção de hidroeléctricas pela Eletrosul, na zona sul do Brasil.

A nova aldeia está completamente ocupada pelos seus recentes habitantes, que têm perante eles a perspectiva de um espaço rodeado por um imenso espelho de água, projectos inovadores de investimento e desenvolvimento. Se o ano de 2002 foi o ano em que tudo se fazia “pela última vez na velha aldeia”, o de 2003 é o seu perfeito contraponto, o “ano em que tudo se faz pela primeira vez na nova aldeia”.

Perante a frase que tantas vezes ouvi de que “a aldeia nova não é aldeia – não tem alma”, resta esperar que, com o sossego que lhes é devido, devolvido às almas dos antepassados no novo cemitério, o efeito de espelho funcione também para os vivos e que os luzenses refaçam as suas almas e encontrem também o seu sossego de vida à medida que vão (re)criando a alma da sua nova aldeia.

BIBLIOGRAFIA

- BAILEY, F. G., 1983, *The Tactical Uses of Passion: an Essay on Power, Reason and Reality*. Ithaca, Cornell University Press.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira, 1996, “Declínio de um Tempo Longo”, *O Voo do Arado*, Lisboa, IPM.
- BERGER, P., e T. LUCKMANN, 1990, *The Social Construction of Reality*, Nova Iorque, Anchor Books.
- CUTILEIRO, José, 1977, *Ricos e Pobres no Alentejo: uma Sociedade Rural Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAVEAU, Suzanne, 1977, “Bases Geográficas do Problema da Barragem do Alqueva, Achegas para a Sua Representação”, *Finisterra*, 24, vol. XII.
- DRAIN, Michel, 1992-1993, “L’Agriculture portugaise est-elle condamnée?”, *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 63 (2), 255-274.
- , 1996a, “La Péninsule Ibérique”, *Les Conflits pour l’Eau en Europe Méditerranéenne, Espace Rural*, 36, 19-47.
- , 1996b, “Les conflits pour l’eau autour du Guadiana”, *Les Conflits pour l’Eau en Europe Méditerranéenne, Espace Rural*, 36, 115-129.
- , 1998, “Planificación de las Aguas Peninsulares a Escala Europea”, *Actas do Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación de Aguas*, Saragoça, 847-855.
- , 2002, “Les identités territoriales du Portugal: le poids des imaginaires”, *Lusotopie*, 2, 159-163.
- FRANÇA, Luís de, 1981, *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, Lisboa, Moraes Editores/IED.
- HOLY, L., e M. STUCHLIK, 1981, *The Structure of Folk Models*, Nova Iorque, New York Academic Press.
- LUTZ, Catherine, 1988, *Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine, e Geoffrey WHITE, 1986, “The Anthropology of Emotions”, *Annual Review of Anthropology*, 15, 405-436.
- LUTZ, Catherine, e Lila ABU-LUGHOD, 1990, *Language and the Politics of Emotion*, Cambridge, Cambridge University Press.

- LUZ, Carlos da, 2000, *Requiem pela Aldeia da Luz: Subsídios para a Denúncia de um Etnocídio Planeado*, Aljezur, Suledita Lda.
- NOVAES, Gladys, 1973, "A Retirada de Vilarinho das Furnas", *Geographica*, 33, 53-71.
- REIS, Maria José, 2001, "O Reassentamento de Pequenos Produtores Rurais: o Tempo da Reconstrução e a Recriação dos Espaços", *Hidroeléctricas e Populações Locais*, Florianópolis, Editora Cidade Futura.
- REIS, Maria José, e Neusa BLOEMER, 2001, *Hidroeléctricas e Populações Locais*, Florianópolis, Editora Cidade Futura.
- ROSALDO, Michelle, 1984 "Toward an Anthropology of Self and Feeling", Richard SHEWDER, e Robert LEVINE (orgs.), *Culture Theory*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- SARAIVA, Clara, 1996, "Diálogos entre Vivos e Mortos", *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*, Oeiras, Celta, 172-183.
- SILVA, Antunes da, 1982, *Alqueva, a Grande Barragem*, Lisboa, Livros Horizonte.
- WATEAU, Fabienne, 1998, "Quand l'eau sert de prétexte à la revendication des identités: quatre exemples de conflits dans la vallée du Rio Minho (Portugal)", *Actas do Congresso Ibérico sobre Gestão y Planificación de Aguas*, Saragoça, 39-52.
- , 1999, "Barrages, identités et frontières: des barrages sur rivières frontalières (Sela et Alqueva)", *Globalización, Fronteras Culturales y Políticas, y Ciudadanía*, *Actas del VIII Congreso de Antropología*, Santiago de Compostela, 229-244.
- , 2001, "Objet et ordre social: d'une canne de roseau à mesurer l'eau aux principes de fonctionnement d'une communauté rurale portugaise", *Terrain*, 37, 153-161.
- , 2002, "Du Portugal à l'Europe: effets d'échelles, de Melgaço à Alqueva", *Lusotopie*, 2, 165-176.

Clara Saraiva

THE DAM OF ALQUEVA AND THE VILLAGE OF LUZ: BETWEEN TWO SOLSTICIES – THE ETNOGRAPHY OF ITS CONTINUITIES AND CHANGES

The first studies for the construction of a mega-dam in one of the driest zones of Mediterranean Portugal were conducted in the 50s, under the Salazar regime. For the inhabitants of Luz (Mourão), the village meant to be submerged by this enormous structure, the dam of Alqueva was a myth. This myth became a reality when the first surveys started, and the construction work gained a definite shape in 1996. When, in February 2002, the works in the wall of the dam were concluded and the closing of the flood-gate took place, the New Aldeia da Luz was almost ready to receive its new inhabitants. With the dam of Alqueva turned reality, this text, written in April 2003, tries to summarize and explain what were the most important events in the lives of the people of Luz during the period between the summer and the winter solstices of 2002, from June to December.

Centro de Antropologia Cultural e Social, Instituto de
Investigação Científica Tropical
clarasaraiva@fcs.unl.pt